

Prefeitura de São Luís faz recadastramento de aposentados e pensionistas

VIDA

ENTREVISTA Rodrigo Maia assume o comando do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais

O procurador-geral do estado do Maranhão, Rodrigo Maia, foi aclamado entre todos os procuradores-gerais dos 26 estados e Distrito Federal, em reunião ordinária do Conpeg, ocorrida na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). POLÍTICA



O IMPARCIAL

www.oimparcial.com.br



Leia em todas as plataformas

OPORTUNIDADE EM CONCURSOS

Centenas de vagas abertas no interior do Maranhão

PÁGINA 8



CRESCIMENTO RECORDE

Porto do Itaqui terá dobro de capacidade em 2020

O Porto do Itaqui foi o que mais exportou grãos em 2018 entre os portos do Arco Norte, atingindo a marca de 9,8 milhões de toneladas, o equivalente a cerca de 8% da produção do ano. O dado divulgado nessa semana pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), associado às projeções de crescimento da safra de grãos em 2019, demonstra o potencial de expansão do porto público do Maranhão.



APARTE: Bloco do Dino

Viável entender que os políticos e partidos aliados façam suas indicações para compor a gestão estadual reeleita. Inviável compreender que nomes estranhos e com complicados comportamentos sejam obrigatórios ao governador Flávio Dino (PCdoB). POLÍTICA



DIVULGAÇÃO



EDUCAÇÃO: Governo constrói 21 escolas dignas em municípios

VIDA

TÁBUAS DE MARÉS

SEG 18/02/2019	
05H58	6.0M
11H58	0.2M
18H06	6.3M

TEMPO E TEMPERATURA

↑ 29°				25 mm
↓ 23°	manhã	tarde	noite	80%
variação ☺				

COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES

Rodrigo Maia no comando nacional

Pela primeira vez, um procurador-geral do Maranhão fica à frente do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do DF. Rodrigo foi eleito por aclamação

Rodrigo Maia, procurador-geral do Estado do Maranhão, foi aclamado entre todos os procuradores-gerais dos 26 estados e Distrito Federal, em reunião ordinária do Conpeg, ocorrida na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O mandato será para o biênio 2019-2020.

Para Rodrigo Maia, a principal missão é manter o diálogo com as esferas mais altas do Executivo, Legislativo e Judiciário nacional, tratando as questões de grande relevância para o país junto ao governo federal e os tribunais superiores.

“É uma grande honra e um desafio presidir este Colegiado, com a missão de, em conjunto, liderar a defesa de interesse dos estados, tanto no diálogo com o governo federal, quanto nos tribunais superiores, em especial o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde há muitas demandas importantes de interesse dos estados. O Colégio tem sido espaço fundamental de defesa desses interesses. E, para nós, é uma missão honrosa e um grande desafio, que nós vamos encarar com muita tranquilidade, muita determinação, sempre buscando fazer o melhor pelo nosso Estado e pelo nosso país”.

Rodrigo Maia terá a companhia dos seguintes procuradores-gerais na direção do CONPEG: primeiro vice-presidente, o procurador-geral do Rio Grande do Sul, Eduardo Cunha da Costa; segundo vice-presidente, a procuradora-geral do Estado de Mato Grosso do Sul, Fabíola Marquetti San-



RODRIGO MAIA FOI ACLAMADO ENTRE TODOS OS PROCURADORES DO BRASIL

ches Rahim; diretor de Assuntos Legislativos, procurador-geral do Estado do Acre, João Paulo Setti Aguiar; e diretor de Assuntos Institucionais, pro-

curador-geral do Estado do Espírito Santo, Rodrigo Francisco de Paula. Todas as regiões estão representadas na direção CONPEGDF.

Quatro perguntas para Rodrigo Maia

Pela primeira vez, um Procurador-Geral do Estado do Maranhão assume a presidência do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do DF (Conpeg). Qual o significado disso para o Estado?

Em primeiro lugar, é uma honra e uma alegria para mim pessoalmente, mas, sobretudo, para o Estado do Maranhão, pois é uma prova de reconhecimento em âmbito nacional da seriedade e eficiência da gestão liderada pelo Governador Flávio Dino, o qual sempre apoiou nosso trabalho à frente da Procuradoria, cabendo sublinhar como demonstrações eloquentes desse apoio a realização de concurso para o cargo de procurador após mais de uma década e o aparelhamento e profissionalização do órgão, para citarmos apenas alguns exemplos emblemáticos, sendo este reconhecimento nacional fruto destes fatores primordialmente, o que não ocorria no passado recente. Tanto é que essa é a primeira vez que o Maranhão ocupa esse espaço nesse colegiado desde a sua instituição, algo emblemático, portanto.

O que faz o Conpeg?

O Colégio Nacional é fruto de uma aproximação institucional das várias Procuradorias e surgiu como uma necessidade de fortalecimento da atuação na defesa dos entes federados. Sua história remonta a meados da década de 1980, em uma reunião de Procuradores do Estado, onde se chegou à conclusão de que muitas das pautas de interesses dos Estados defendidas pelas Procuradorias eram comuns e atingiam e impactavam de modo uniforme a todos aqueles entes subnacionais. Diante disso, chegou-se à conclusão que seria interessante, do ponto de vista da atuação estratégica, o compartilhamento de tecnologias, experiências, boas práticas e teses de defesa, considerando que em grande parte os Estados eram atingidos pelos mesmos problemas, pelas mesmas dificuldades, sobretudo em decisões

judiciais nos tribunais superiores, em especial aquelas que produzem efeitos sistêmicos, como por exemplo as questões tributárias. Mais recentemente, apenas a título de exemplo, nós temos uma ação originária em julgamento no Supremo e subscrita pela quase totalidade dos Estados em que se busca rever o cálculo da FPE [Fundo de Participação dos Estados] adotado pela União diante da suspeita de que estão ocorrendo repasses a menor e onde essa atuação conjunta tem rendido excelentes resultados, como a concessão de liminar pelo Relator determinando que a receita federal fornecesse os dados a partir dos quais estes cálculos são elaborados, os quais para nossa absoluta perplexidade eram sonogados aos entes interessados, o que já representou uma grande vitória!

Essa atuação coordenada e conjunta portanto vem produzindo muitos resultados positivos em prol dos interesses de todos os Estados, sobretudo no que se refere à formação do convencimento dos julgadores nos tribunais superiores e no próprio diálogo com o governo federal, porque demonstra de maneira especialmente eloquente a relevância de tais questões, as quais transcendem o interesse tão somente de um Estado da federação e passam a constituir um imperativo de afirmação do próprio pacto federativo, o que se torna especialmente relevante nesse cenário de profunda crise fiscal.

O senhor é integrante do governo Flávio Dino, que faz forte oposição ao presidente Jair Bolsonaro. Isso pesa no momento de buscar diálogo com o governo federal?

Isso de modo algum afeta a nossa atuação institucional porque o colegiado é muito técnico e, sobretudo, suprapartidário. Os seus integrantes (os 26 estados e o Distrito Federal), cada qual com suas particularidades político-partidárias e suas próprias peculiaridades regionais, quando da análise dos interesses comuns não levam em

considerações colorações partidárias ou predileções ideológicas, mas tão somente a análise e pertinência da pauta técnico jurídica e institucional, o que ao fim e ao cabo é o objetivo de todas as Procuradorias. Para se ter uma ideia a nova diretoria do CONPEG é essencialmente plural, posto que contempla as cinco regiões do país. Eu sou do Nordeste, de um governo de oposição ao Governo Federal; mas o meu vice é do Rio Grande do Sul e é do PSDB, ou seja, um partido que tem um alinhamento maior com o Governo Federal.

A minha segunda vice é do Mato Grosso do Sul, um estado cujo governo também é politicamente alinhado ao partido do Presidente da República. Temos também na diretoria um representante do Espírito Santo e outro do Acre, que também são de matizes políticas completamente díspares, o que apenas serve para sublinhar que a nossa pauta é institucional, técnica e suprapartidária, acima de tudo. Então, questões político partidárias não tem pertinência e não pautam a nossa atuação na condução do colegiado e do Governo Federal esperamos igual postura.

Então os diálogos com ministros, por exemplo, não serão prejudicados?

Ao contrário. Na nossa visão, essa pluralidade de correntes político-partidárias dos Governos dos Estados que integram o colegiado não redundam na fragmentação de forças, mas sim numa verdadeira ampliação dos canais de diálogo na defesa do interesse público pelas Procuradorias, pois quaisquer divergências políticas são postas de lado em prol da agenda comum e há uma concertação muito positiva e muito assertiva dos Estados na defesa dessa agenda, sobretudo nas ações que tramitam no Supremo. Essa diversidade e o fato de estarmos unidos por uma pauta institucional comum é portanto algo positivo e que tende a tornar mais eficiente a nossa atuação.

APARTE

Felipe Klamt
felipeklamt@yahoo.com.br

Blocão do Dino



Viável entender que os políticos e partidos aliados façam suas indicações para compor a gestão estadual reeleita. Inviável compreender que nomes estranhos e com complicados comportamentos sejam obrigatórios ao governador Flávio Dino (PCdoB).

Muitos políticos fizeram bico de zanga quando apadrinhados e parentes não foram aceitos para compor a elite do primeiro escalão. Preciso na sua administração, o chefe do executivo mescla a operacionalidade e poder de votos dos nomeados fazendo a leitura do mapa eleitoral que permita fechar todos os cercos contra a oposição estadual e nacional. Pouco interessa o nome ou sobrenome e partido de origem, quando um gestor apronta uma “cagada” quem paga o preço final é o ocupante dos Leões.

Neste segundo mandato, Flávio Dino soube pinçar nomes de trajetórias competentes, outros que precisam de testes com aprovação do Imetro popular e, aqueles, durante o mandato necessitam de empurrões para sair do passo tartaruga. Faz parte, sempre teve desses tipos e qualidades. Importante que nenhum anúncio sofreu rejeição pública, ponto fundamental para um governante regional que está inserido na lista dos pré-candidatos a presidente do Brasil em 2022. Olho nos meninos, Dino!

APARTEANDO

Solidário, Sarney (MDB) deve já ter ligado para o Bolsonaro (PSL) dizendo que entendi o que passa com os filhos marotos.

Assustado, deputado federal Kleber Verde (PRB) deve estar preocupado em voltar na imprensa as suas peripécias no INSS, dinheiro partidário e eleitoral deve ser pouco perto dos esquemas nos sindicatos de pescadores.



Ousado, deputado estadual Roberto Costa (MDB) mostrou no competente programa “Resenha”, do jornalista John Cutrim, que está liberto de João Alberto e do grupo Sarney. O menino cresceu!

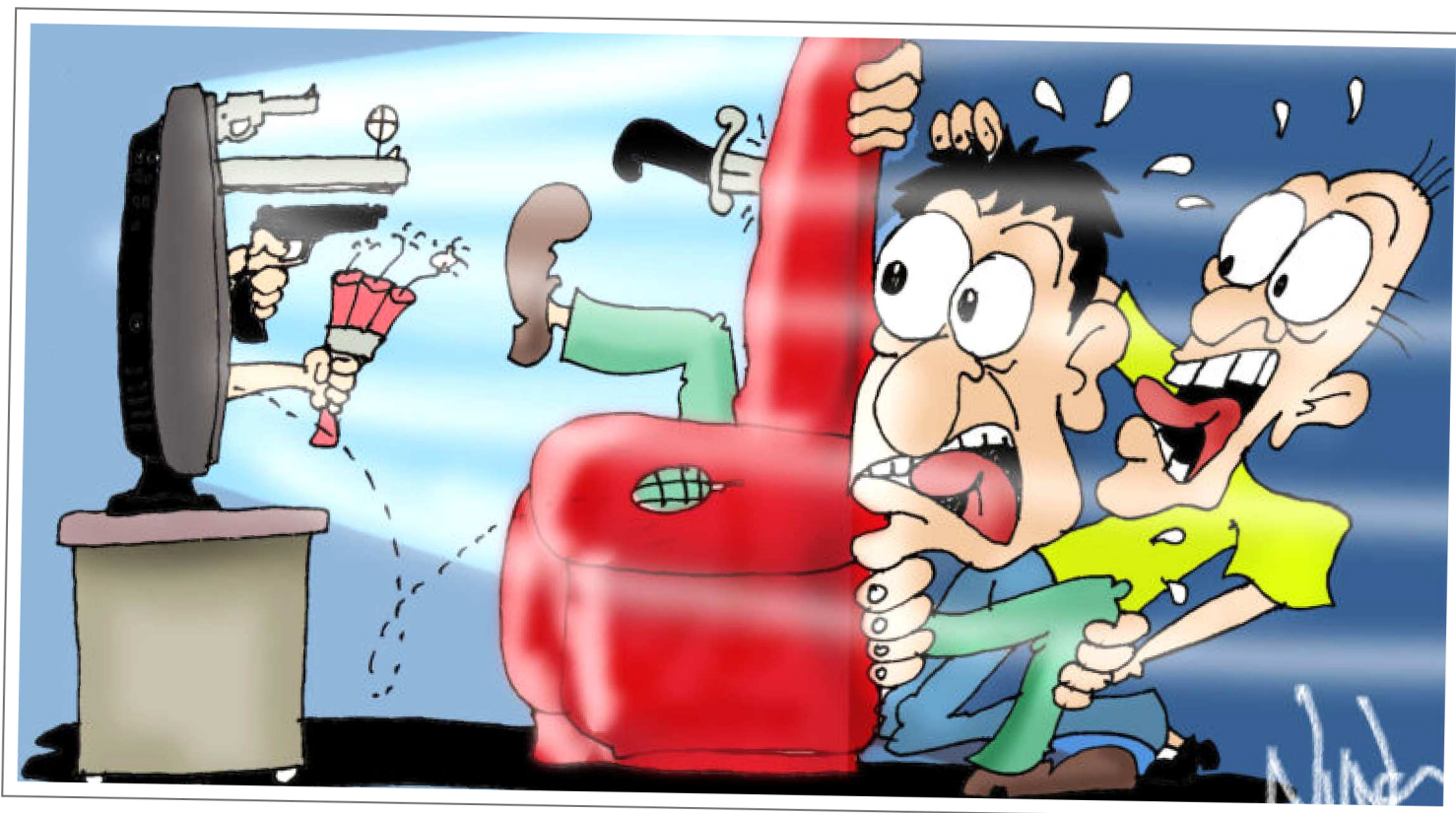
Cansada, Roseana Sarney (MDB) anda preguiçosa para brincar carnaval, deve ficar só abanando para a massa na varanda da Rua do Passeio. Basta prestarem atenção na moça!

Evidente, crise do Bebiano (PSL), ex-ministro dizimado pela birra do filho Bolsonaro, deixou claro que vivemos um planalto militar, nem precisa de ditadura.

Partilhado, Marcelo Tavares (PSB) e Rodrigo Lago (PCdoB) dividem o mais amplo poder no Palácio dos Leões determinado pelo governador Flávio Dino (PCdoB).

Concretizado, procurador geral do estado, Rodrigo Maia (PCdoB), fica no cargo pela decisão do governador e como eleito presidente do Colégio Nacional de Procuradores Gerais. Se não tivesse certeza não seria candidato.

São Luís, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2019



Quem governa o Brasil?

HESAÚ RÔMULO

Cientista Político e Professor hesaurô-
mulo@gmail.com

Assim como aconteceu com Ernesto Araújo, chanceler brasileiro, que sumiu das manchetes dos jornais por suas declarações tresloucadas, o Bolsonaro vereador parece que terá o mesmo destino nos próximos dias. Vetor agudo da última crise palaciana, Carlos Bolsonaro é o filho do presidente com maior habilidade para gerar repercussão negativa dentro do Planalto, expondo não só as fragilidades institucionais do governo como a falta de pulso do próprio pai, que nas horas vagas ocupa o cargo de mandatário da república nacional. O caso Bebbiano, a despeito da sua exoneração ou permanência na Secretaria-Geral da Presidência, traz lições importantes sobre o funcionamento da tomada de decisão do novo comando geral, a partir de três etapas: o surgimento de uma pauta-bomba, a incapacidade dos interlocutores do governo de gerenciar o assunto, a pacificação do tema pela tropa militar.

Se os militares já ocupam cargos de segundo e terceiro escalão no aparelho burocrático, eles também exercem função primordial de contenção de danos em meio as turbulências visíveis que os Bolsonaros & Amigos LTDA aprontam. O bloqueio funcio-

nou com o chanceler, que baixou o tom nas redes sociais e diminuiu a frequência nas suas ações midiáticas, tocando a agenda bolsonarista sob supervisão intermitente. É esta mesma supervisão que será colocada a teste, desta vez com o filho do presidente, para acalmar os ânimos do planalto e dar sossego ao governo. Primeiro o filho senador envolvido com milicianos e um esquema obscuro de relações com funcionário fantasma, agora o filho vereador invoca a prerrogativa do presidente e anuncia demissão de ministro via rede social. A incapacidade de Jair Bolsonaro em liderar o país agora encontra a incapacidade do pai que não consegue sequer ser uma voz firme junto aos próprios filhos. A crise familiar e a crise presidencial são monitoradas para o país inteiro, que se deu conta da eleição de um clã familiar para o posto de chefe do executivo. Afinal de contas, quem fala pelo presidente?

Como já antecipei, o caminho mais óbvio será o enquadramento de Carlos Bolsonaro pela cúpula militar, dando o tom das resoluções imediatas diante de crises, não só reiterando estado de sítio que vive a democracia brasileira pelo militarismo mas também pela inoperância daqueles que deveriam tomar decisões. O novo governo tenta avançar, as crises vão aparecendo e a marca para driblar adversidades vai criando forma, com

uma agenda duríssima pela frente. Do outro lado, o legislativo já aponta sinais de resistência em comprar de maneira automática tanto o projeto econômico como a pauta dos costumes. Dessa forma, durará muito pouco a narrativa de extinção do "toma lá, dá cá", pois a acomodação de interesses no congresso precisa, em letras capitulares, de uma interlocução firme e sóbria se o governo tem alguma pretensão de sucesso.

A fragmentação do PSL, segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, já é uma realidade. Cada um diz o que quer e conduz seu mandato como bem achar melhor. O que na realidade só reflete uma infeliz constatação: o PSL é tudo menos um partido político, uma vez que funcionou em 2018 como um carimbo, uma espécie de selo eleitoral para migrar um sentimento conservador, cada mais intenso na sociedade civil, para as instituições políticas.

Se Jair Bolsonaro tivesse sido uma liderança parlamentar relevante, ou tivesse construído uma história no partido, ou tivesse a mínima capacidade de conduzir a bancada do PSL para um horizonte comum, a história seria outra. Mas a ausência de coesão partidária se reflete no vácuo de liderança que inunda praticamente todos os aspectos da nova gestão. Diante desse quadro, o militarismo avança.

Praias municipalizadas: Problema ou solução?

DAVID BOUÇAS E ANTÔNIO RAFAEL
DA SILVA

Professores Doutores da UFMA

Os municípios maranhenses situados ao longo dos 640 km de extensão da nossa costa litorânea têm uma fonte de renda em potencial ainda pouco ou nada explorada. As suas belezas agora podem fazer mais do que atrair turistas para o Maranhão. Desde a aprovação da Lei 13.240/2015, é possível "transferir aos municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais", inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, como calçadas, praças e parques públicos.

Em termos práticos, os municípios brasileiros que possuam áreas litorâneas, enquadradas como praias urbanas, têm o direito de requerer o direito de explorar economicamente as praias para os mais diversos fins: eventos esportivos, culturais, construções de equipamentos de lazer e urbanos, entre outros. O que anteriormente requeria autorizações e pagamento de taxas à União, atualmente, por meio da municipalização, poderá ocorrer com maior celeridade e menor burocracia. Somente no Maranhão, 25 municípios litorâneos teriam direito ao benefício. No Brasil, seriam 282 municípios de 17 estados. E existem regras claras para isso já que, mais recentemente, a Portaria 113, de julho de 2017, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), aprovou o modelo do termo de adesão que regulamenta essa transferência de responsabilidade da União para as prefeituras, por um prazo de até 20 anos, prorrogável indefinidamente. Com isso, abrem-se novas possibilidades de arrecadação aos municípios, aliada a uma completa autonomia na reaplicação dos recursos angrariados. Considerando os entraves burocráticos contidos no arcabouço legal brasileiro, esta ação resultaria em significativa flexibilidade aos gestores públicos municipais, porquanto não há destinação obrigatória no uso desses recursos. E é aí que mora o perigo. É muito importante que os gestores públicos compreendam a responsabilidade dessa iniciativa. A municipalização não pode colocar em risco o meio ambiente, o em-

prego das pessoas ou gerar recursos para finalidades escusas. Uma gestão eficaz das áreas de praias exige um corpo técnico qualificado e infraestrutura suficientes ao atendimento das demandas subsequentes.

Uma boa destinação para os recursos arrecadados pela utilização de nossas praias seria a produção de campanhas de sensibilização, sinalização turística, construção de equipamentos de lazer e urbanos, projetos ambientais para redução dos impactos sobre a orla e outras iniciativas. É uma oportunidade de estimular e facilitar que a população melhor ocupe e usufrua desses espaços, seja pela promoção de atividades culturais e esportivas, alugando as áreas da praia para casamentos, exposições e apresentações artísticas. E assim deveria ser pensada uma cidade, seja ela turística ou não, voltando-se ao bem-estar e à felicidade da sua população, em primeiro lugar, e à satisfação do turista como consequência. Cidade boa para os seus moradores, cidade boa para o turista. A recíproca, contudo, não é necessariamente verdadeira. Ciente das possíveis vantagens da municipalização das praias, os municípios maranhenses de Apicum-Açu e Guimarães já encaminharam as suas solicitações. Enquanto esta aguarda parecer técnico da SPU, aquela teve seu pedido indeferido, já que não possui praias urbanas. Outros municípios famosos pelas suas belas e badaladas praias também já municipalizaram a gestão desses espaços, caso de Fortaleza, Recife e Maceió (Nordeste), além de Santos, Angra dos Reis e Niterói (Sudeste), apenas para citar alguns exemplos. A priori, essa municipalização pode ser vista com bons olhos, em razão da amplitude de benefícios gerados às localidades que se encarregam de gerir suas praias urbanas. No entanto, a permissividade para exploração econômica das áreas litorâneas, autorizada pela lei 13.240/15, precisa ser blindada de cuidados. Já é de praxe observar no território nacional uma série de abusos por parte do empresário no que se refere a construções sobre a faixa de areia e mar, e o fechamento do acesso da população às praias, que resultam na privatização desses locais. Isso sem falar dos impactos ambientais como lançamento

de esgoto, poluição visual e sonora de grandes empreendimentos. Em Angra dos Reis, uma das primeiras localidades a municipalizar a gestão das suas praias, assiste-se há um bom tempo edificações à beira-mar, que dificultam a circulação de pessoas e restringem o usufruto democrático desses locais. Em Maceió, há condomínios, em certos pontos da praia, que inviabilizam o acesso de qualquer cidadão, se não os que ali possuem uma residência. Não faltam exemplos em nosso país do oportunismo empresarial que, comumente, sob a convicção de uma gestão municipal, afrouxa as leis e autoriza a exploração insustentável de muitos espaços naturais. Aqui, aliás, reside uma das principais preocupações oriundas da Portaria 113.

Portanto, ao elencar de forma sucinta vantagens e desvantagens da transferência aos municípios da gestão das suas praias marítimas urbanas, é fundamental atinar ao compromisso coletivo dos envolvidos. Ao município cabe a responsabilidade integral no controle e fiscalização para coibir abusos, como os apontados anteriormente, de modo a garantir a função socioambiental das praias, e zelar para que essas áreas litorâneas sejam usadas e ocupadas com respeito ao meio ambiente e às pessoas. Órgãos ambientais, universidades e institutos de pesquisa, bem como a sociedade civil e organizada devem lançar os seus olhares atentos, subsidiando a elaboração de normas e cobrando o cumprimento da lei. Da iniciativa privada, espera-se o comprometimento ético e responsável na exploração econômica que favoreça amplamente o bem-estar dos moradores e visitantes. Ao sopesar benefícios da exploração econômica, de um lado, e os eventuais impactos ambientais negativos, do outro, reforçamos a posição de que a natureza não tolera erros. Não se pode fazer vista grossa, tampouco negligenciar os possíveis abusos das forças econômicas, correndo o risco de comprometer a nossa qualidade de ecossistêmica e a vida da população de maneira geral. Embora com vantagens evidentes, a municipalização pode esconder interesses subjacentes que venham a comprometer a sustentabilidade das áreas litorâneas brasileiras. Estejamos atentos!

Um olhar sobre o mundo

OSCAR D'AMBROSIO

jornalista pela USP, mestre em Artes Visuais pela Unesp

Aloísio Dias da Silva, que assina seus trabalhos como A D Silva, apresenta em sua obra pictórica duas vertentes que se relacionam pela forma como são feitas. De um lado, existe a preocupação com importantes temas sociais, como a saúde, que o leva a pintar sobre dengue, drogas e sedentarismo. Há também uma linha que ilustra assuntos bíblicos. Ambas têm em comum um olhar atento e a busca de uma interpretação que mobilize o observador. Seus quadros não são meramente para serem vistos com passividade, mas para serem absorvidos lentamente. Existe muito para ver. Os numerosos detalhes demandam a contemplação atenta que gera uma participação visual.

Em 'A dengue no Rio de Janeiro I', Menção Honrosa na Bienal de Arte Naif de Piracicaba de 2008, surgem as principais características do naif, como a ausência de perspectiva, a incoerência de tamanhos dos personagens e a escrita nos quadros, inclusive com os personagens falando, como uma espécie de história em quadrinhos.

Nascido em Presidente Venceslau, SP, em 13 de dezembro de 1947, tem admiração por José Antonio da Silva, Waldomiro de Deus e Ranchinho. Em Marília, onde está radicado, conheceu o mestre Braz Alcêio. Ourives, A D Silva desenvolve, a partir dessas e outras admirações, uma obra com expressões em pintura, escultura e modelagem. A D Silva oferece ao observador de sua pintura riqueza de detalhes e um certo gosto pelo retrato de grupos de pessoas, vistos como elo maior de sua arte. O artista pinta gente, porque fala dela, dos seus problemas e da sua sensibilidade, seja pelo fato de habitarem no mundo urbano, por trabalharem no mundo rural ou por serem a razão de ser da Bíblia, escrita como forma de ensinamento aos homens.

A forma de A D Silva apresentar a sua pintura é um ato amoroso. Trata-se de uma espécie de Davi a enfrentar os Goliats do mundo, insistindo, pela sua arte, em portar uma mensagem de delicadeza e sensibilidade, mas também marcada pelo inconformismo, que o motiva a não aceitar o entorno passivamente, realizando a sua releitura crítica por meio da pintura.

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

End.: Rua Assis Chateaubriand S/N - Renascença II - São Luís-MA - CEP: 65075-670

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrofreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges
Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.br

Patrícia Freire
Gerente financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Celso Sergio
Superintendente de Produção
celiosergio@oimparcial.com.br

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

JORNALISMO

O Imparcial: (98) 3212-2008
Você, Gastrô: (98) 3212-2000
Aqui-MA: (98) 3212-2015

COMERCIAL

Impresso: (98) 3212-2030/2087
Digital: (98) 3212-2054
Aqui-MA: (98) 3212-2015

OUTROS

Financeiro: (98) 3212-2005
Gerál: (98) 3212-2010
Recepção: (98) 3212-2000
Presidência: (98) 3212-2001
Sedoc: (98) 3212-2010

REDES SOCIAIS

Whatsapp: (98) 99188-8267
facebook.com.br/oimparcialma
Twitter: @oimparcialonline
Instagram: @oimparcial
www.oimparcial.com.br

São Luís, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2019

PREVIDÊNCIA

Prefeitura realiza recadastramento

Beneficiários que aniversariam no mês de fevereiro têm até 28 deste mês para se recadastrar, de acordo com calendário divulgado pela gestão municipal

Servidores municipais aposentados e pensionistas que aniversariam no mês de fevereiro devem fazer o recadastramento e a prova de vida. A convocação é feita pela Prefeitura de São Luís, por meio do Instituto de Previdência e Assistência do Município (Ipam). O procedimento é anual, obrigatório e exigência legal, com o objetivo de conferir e validar os dados dos beneficiários, garantindo a regularidade do pagamento de seus proventos. Quem não fizer o recadastramento terá seus benefícios bloqueados. O prazo vai até 28 deste mês.

O calendário divulgado pela Prefeitura considera o mês de aniversário do servidor. Os pensionistas e aposentados devem comparecer apresentando os documentos solicitados à sede do Ipam, localizado à Rua do Sol, 265, Centro, de segunda à quinta, das 13h às 18h30; e às sextas-feiras, das 8h às 14h.

“Esse procedimento tem como finalidade promover a transparência e segurança do sistema previdenciário municipal. O servidor deve estar atento aos prazos e comparecer para fazer o recadastro e assim, garantir seus recebimentos regulares.

SEGUNDA CHAMADA

Os beneficiários que aniversariam em janeiro e não conseguiram fazer a regularização cadastral no prazo, podem se adequar. O Ipam ampliou o prazo para até dia 28 deste mês para que tenham a possibilidade de realizar o procedimento.



APOSENTADOS E PENSIONISTAS DEVEM COMPARECER COM A DOCUMENTAÇÃO

A segunda chamada será oportunizada a todos os servidores, sempre no mês seguinte ao do aniversário. O período de atendimento para estes casos será no turno da manhã, das 8h às 12h.

REGULARIZAÇÃO

Caso o servidor não possa comparecer ao órgão para efetivar a atualização de seus dados e fazer a prova de vida, por motivo de doença ou qualquer outra impossibilidade de locomoção, deve enviar um representante do servidor deverá se dirigir ao setor responsável para agendar uma visita in loco ao beneficiário. Deve ser comprovada a impossibilidade de comparecimento do servidor, por meio de atestados médicos e laudos. O processo de atualização desses servidores será feito por um profissional técnico do Ipam, enviado ao local onde o servidor estiver.

DOCUMENTOS

Para fazer a atualização cadastral e

prova de vida, os servidores convocados devem apresentar documento de identidade (RG, Carteira de Trabalho, Carteira de Habilitação ou Carteira Funcional de entidade de classe à qual esteja vinculado), CPF; comprovante de residência e contracheque atualizado. Sendo aposentado, acrescenta ainda a certidão de nascimento, casamento ou escritura pública declaratória de união estável, para comprovação de dependentes – filhos, cônjuges e/ou companheiro(a).

No caso de pensionistas, devem ser incluídos a certidão de óbito do instituidor da pensão e documento que comprove o vínculo com o pensionista, conforme a situação. Sendo pensionistas maiores por força de decisão judicial, apresentar também comprovante de matrícula na universidade; certidão de nascimento, casamento ou escritura pública declaratória de união estável, se for o caso; e certidão de óbito do instituidor da pensão.

EFICIÊNCIA

Atuação articulada salva vida de trabalhadora

DIVULGAÇÃO



TRABALHADORA TESTEMUNHOU TRABALHO ARTICULADO

A trabalhadora rural Maria da Cruz Soares, de 41 anos, testemunhou a eficiência do trabalho articulado entre quatro hospitais da rede estadual de saúde do interior do estado. Ela fez uma cirurgia e, depois de passagens por UTI e cirurgias reparadoras, acredita que, com o esforço das equipes, estrutura das unidades e serviços oferecidos sua vida foi salva. “Se não fosse o atendimento que recebi, eu acho que não estaria mais aqui. Senti muitas dores nesse período, mas recebi um curativo especial que salvou minha vida. Não imaginava ter isso tudo em hospitais públicos”, afirmou Maria da Cruz Soares, que mora em uma comunidade chamada São João da Mata, município de Lago dos Rodrigues. Os atendimentos começaram em novembro de 2017, no Hospital de Lago dos Rodrigues, quando precisou ser submetida à remoção total do útero, por via abdominal, procedimento chamado de histerectomia. Na época, ela contraiu uma infecção por bactéria e foi transferida para o Hospital Regional Dra. Laura Vasconcelos, em Bacabal, onde permaneceu na UTI por 28 dias. Com a infecção controlada, mas com perda de pele na região abdominal, precisou de cuidados curativos por cerca de um ano em Bacabal. Em dezembro de 2018, foi encaminhada para o Hospital Regional de Timbiras para uma cirurgia reparadora, quando a bactéria multirresistente atacou novamente.

APRENDIZADO

Governo constrói 21 escolas dignas em municípios

LAURO VASCONCELOS



SEMANA PASSADA FOI ENTREGUE O PRIMEIRO PRÉDIO DA REDE ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO

Com quase 60 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Vargem Grande figurava, até o ano de 2015, entre as 25 cidades maranhenses sem prédio escolar da Rede Estadual de Ensino, conforme levantamento da Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Com investimentos do Programa Escola Digna, nos últimos anos, o Governo do Maranhão diminuiu esse número para quatro, cujas obras estão em andamento ou constam em processos licitatórios.

Nesta semana foi entregue o primeiro prédio da rede estadual no município de Feira Nova do Maranhão, distante mais de 800 km da capital maranhense, e beneficiando, aproximadamente, 400 estudantes do Ensino Médio. A construção do Centro de Ensino Rosalina Sá contou com investimento na ordem de R\$ 1.113.040,18; tem cinco salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, banheiros adaptados, cozinha, sala de professores, secretaria e diretoria.

“Um dia especial para o Maranhão. Por determinação do governador Flávio Dino, estamos fazendo uma reparação histórica na educação maranhense. Em pouco tempo, teremos prédios da Escola Digna nos 217 municípios, graças a um governo que priorizou a educação como caminho para combater desigualdades sociais e melhorar a vida das pessoas”, destacou Felipe Camarão.

Antes da construção dessas escolas, as realidades vivenciadas pelos estudantes eram diversas: estudar em prédios cedidos, alugados, com condições precárias, salas cheias e espaços divididos com estudantes da rede municipal, por exemplo.

Na cidade de São Pedro da Água Branca, a construção do Centro de Ensino Henrique de La Roque chegou para pôr fim à peregrinação de mais de 20 anos dos estudantes por prédios cedidos. Além disso, não tinha água gelada, a energia não era boa para fazer os ventiladores funcionarem, e todos os estudantes sofriam muito com

isso. Já em Marajá do Sena, o Centro de Ensino Sérgio Dutra dos Reis, entregue há um ano, acolhe estudantes do anexo Centro de Ensino Rui Barbosa e atende os anseios dos alunos que antes passavam até três dias sem ir às aulas por conta das péssimas condições estruturais do prédio anterior. “Quando chovia alagava tudo, perdemos por diversas vezes material didático e até computadores por conta das condições precárias do antigo prédio”, contou a professora de Língua Portuguesa, Sylvania Dias.

No município de Lagoa Grande um prédio escolar foi construído para funcionamento da Unidade Integrada Roseli Nunes, escola de educação no campo da rede pública estadual, que integra o Ensino Médio com o curso técnico de Agropecuária, no modelo da pedagogia de alternância. Localizada no povoado Kênio, no assentamento Cígra, a U.I. Roseli Nunes foi a primeira Escola do Campo entregue pelo Governo.

NOMEAÇÃO

Audidores vão combater sonegação

DIVULGAÇÃO



NA PRIMEIRA CONVOCAÇÃO FORAM NOMEADOS 50 FISCAIS

Por determinação do governador Flávio Dino, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) está nomeando 35 auditores fiscais, 11 técnicos da Receita Estadual e quatro técnicos especialistas em Tecnologia da Informação, aprovados e classificados no concurso público realizado pela secretaria em 2016.

Na primeira etapa de convocação, em 2016, o governador Flávio Dino nomeou 50 servidores para o quadro da Sefaz. Em 2018, a validade do concurso foi prorrogada por mais dois anos. Além de colaborar para a garantia de atuação da Receita Estadual em diversos municípios do Estado, os novos servidores fortalecerão a política de combate à sonegação fiscal com uso de novas tecnologias. O recém-nomeado auditor fiscal Pedro Aurélio Davi da Costa explica que as novas tecnologias serão aliadas importantes para o trabalho de combate à sonegação dos novos servidores da Sefaz. “Grande parte do trabalho de combate à sonegação está relacionado ao cruzamento de informações nos diversos sistemas. O investimento em inteligência e tecnologia é fundamental para a identificação adequada de fraudes”, diz. O secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Ribeiro, afirma que o sistema implantado pela Sefaz para combate à sonegação fiscal é pioneiro no país: “A matéria-prima da administração tributária é a informação. O mecanismo de controle eletrônico que nós criamos é feito para o controle de pessoas jurídicas com um critério imparcial, partindo de parâmetros técnicos realizados pelos profissionais da secretaria”.

QUASE DUAS DÉCADAS DE ESPERA

Marcellus Ribeiro lembrou que foram quase duas décadas de espera para a realização de novo concurso. “Após 18 anos sem concurso e em um cenário de dificuldade econômica, o ingresso de novos auditores e técnicos é vital para a recomposição do quadro de servidores da Secretaria da Fazenda e para o incremento de receitas, indispensáveis à continuidade das políticas públicas”.

São Luís, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2019

AVALIAÇÃO

Vistoria na Barragem Pericumã em Pinheiro

Com as intensas chuvas, houve o rompimento de um dos cabos das comportas e causou aumento na vazão de água do rio, provocando alagamentos na cidade

O Corpo de Bombeiros do Maranhão fez uma vistoria, na última sexta-feira (15), na Barragem de Pericumã, em Pinheiro. O objetivo foi fazer uma avaliação sobre os problemas na estrutura, cuja responsabilidade é do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), do governo federal.

Com as intensas e recentes chuvas, houve o rompimento de um dos cabos das comportas na barragem, o que causou aumento na vazão de água do rio e provocou alagamentos na cidade. O Governo do Maranhão entrou em contato com o DNOCS e se colocou à disposição para auxiliar dentro de suas competências.

Na sexta, a equipe dos bombeiros sobrevoou o local e, em seguida, seguiu de lancha até a barragem, para fazer uma avaliação mais detalhada.

“As providências iniciais [após o alagamento] foram tomadas de forma correta, que foi a recuperação do cabo da única comporta que ainda estava funcionando. Abriu-se a comporta, está tendo vazão da água e diminuiu o represamento da água”, disse o coronel Célio Roberto, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, que liderou a vistoria. O nível da água já recuou aproximadamente 50 centímetros.

RELATÓRIO

A vistoria também contou com representantes da prefeitura e do DNOCS. A inspeção permitiu aos bombeiros as informações necessárias para fazer um relatório detalhando os problemas encontrados.



JEFERSON STAND

A EQUIPE DOS BOMBEIROS SOBREVOOU O LOCAL E SEGUIU DE LANCHA ATÉ A BARRAGEM

O documento será usado pela prefeitura de Pinheiro para pedir ao governo federal reparos emergenciais na barragem. O prefeito Luciano Genésio tem agendada uma reunião na próxima semana com o Ministério da Integração para tratar do assunto.

“A responsabilidade dessa barragem é do governo federal. Mas estamos mantendo os motores, os geradores e fazendo a manutenção. Inclusive colocamos os funcionários presentes aqui na barragem, fazendo um dever que não é nosso”, afirmou o prefeito.

A vistoria feita pelo Corpo de Bom-

beiros apontou a necessidade de reparos emergenciais antes da intensificação das chuvas em março e abril. E também que é preciso fazer uma reforma estrutural mais abrangente, para resolver o problema em definitivo.

Além disso, a Defesa Civil Estadual vai iniciar, já na semana que vem, um curso de capacitação da Defesa Civil de Pinheiro, a fim de dar mais condições para os profissionais atuarem diante de situações de risco ou emergência.

A Defesa Civil do Estado mantém permanentemente uma equipe em Pinheiro.

UEMASUL

Clayton Noletto vistoria construção de campus

DIVULGAÇÃO



A PREVISÃO DA ENTREGA É PARA ESTE SEMESTRE

A construção do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UemaSul) recebeu a vistoria da equipe da Secretaria de Estado da Infraestrutura na sexta-feira (15).

As obras já chegaram na fase de acabamento. Estão sendo executados serviços como piso, janelas, reboco e as cerâmicas da fachada na parte externa. Já a parte hidráulica e sanitária dos banheiros e dos laboratórios já foram concluídas. Foram finalizadas ainda, boa parte da urbanização externa: pavimentação, meio fio, calçadas, sarjetas e também as caixas para coletas de água pluvial.

Segundo o titular da pasta, Clayton Noletto, a previsão de entrega é para esse semestre. Ele acrescentou que a iniciativa contribui para o avanço do Maranhão. “Fico muito feliz em ver essa obra se aproximando da conclusão para somar com a produção de conhecimento e desenvolvimento do estado”, analisou. Orçado em cerca de R\$ 11 milhões, o campus abrigará inicialmente aos cursos de Medicina Veterinária, Agronomia e Engenharia Florestal. A reitora Elizabeth Nunes falou sobre o impacto da obra. “São 20 laboratórios para atender aos cursos de agrárias. Nossos alunos vão ter uma estrutura, principalmente de laboratório, que nunca tiveram antes. E essa estrutura vai atender a comunidade, tanto da agropecuária, como da agricultura familiar, vários serviços como análise de solo”, destacou.

Serão dois pavimentos: 2.992,91 m² no térreo e 2.986,45 m² no superior. O prédio contará com uma estrutura de 20 salas de aula, sala de controle, administração, informática, quadro de manutenção técnica, laboratórios, auditório, cantina, cozinha, banheiros, biblioteca e estacionamento. Reunião com prefeito – Fez parte da agenda de compromissos do secretário na cidade uma reunião com o prefeito Assis Ramos para tratar dos novos investimentos do Governo do Estado na cidade.

MOBILIDADE

Serviço Travessia completa três anos



GILSON TEIXEIRA

MAIS DE DUAS MIL PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CADASTRADAS NO PROJETO

Mais de 37,5 mil pessoas com deficiência no Maranhão são atendidas pelo Travessia, projeto do Governo do Estado, que oferece condições de mobilidade com segurança e conforto a esse público. Com a ação, pessoas com mobilidade reduzida, cadeirantes, deficientes visuais, idosos, crianças com hidro e microcefalia têm a oportunidade de se deslocar a trabalho, estudo, tratamento de saúde e até lazer. Nesta segunda-feira (18), o programa completa três anos e uma vasta programação foi organizada para comemorar o momento.

“Nós lutamos sempre pela máxima igualdade possível, para que as pessoas tenham direitos, tenham acesso a serviços públicos, acesso a oportunidades. Mais que um importante serviço a este público, o Travessia mostra respeito a cada uma das pessoas atendidas. É uma iniciativa que muito nos orgulha, por garantir direitos fundamentais, autonomia e dignidade às pessoas”, pontuou o governador Flávio Dino.

São mais de duas mil pessoas com deficiência cadastradas no projeto, que desde sua criação, já realizou mais de 68,1 mil viagens. O serviço es-

tá presente em 20 municípios, sendo nove bases regionais e conta com estrutura de vans e minivans, uma destas, especial para atender crianças com microcefalia.

O Travessia trouxe dignidade e cidadania às pessoas com deficiência e crianças com hidro e microcefalia, destaca o presidente da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), Lawrence Melo. “É uma ação destacada do Governo do Maranhão, por meio da qual a gestão possibilita o acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e lazer, atendendo a necessidade e o direito de ir e vir das pessoas com deficiência”, pontua o presidente.

O Travessia é um projeto que Deus colocou na nossa vida, uma benção, diz Marilde Ferreira de Sousa, dona de casa, mãe de Márcia Sousa. A filha, que perdeu os movimentos das pernas por conta de depressão e ataques epiléticos, luta pela recuperação. A mãe acompanha tudo de perto. “Não trabalho, cuido dela. É o bebê da nossa casa, o amor da nossa vida. E o projeto nos permite ter segurança, mais tranquilidade e me sinto digna com a minha filha. Esse projeto é tudo para

nós”, conta. Ela acompanha a filha até três vezes em sessões de fisioterapia e hidroginástica, sendo o transporte feito pelo projeto Travessia.

“O Travessia materializa as políticas públicas de inclusão social desenvolvidas pelo Governo, permitindo que as pessoas com deficiência tenham, de forma efetiva, a garantia desses direitos”, enfatiza Lawrence Melo. O projeto contribui ainda para a implementação de políticas públicas de inclusão social, atuando diretamente com o tema da acessibilidade.

COMEMORAÇÃO

Os três anos do Travessia vai ser lembrado com uma série de atividades na Casa do Maranhão, à partir das 17h30, nesta segunda-feira (18). Durante o evento serão homenageados usuários do serviço Travessia e representantes do Movimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Entre as atrações, lançamento do Bloco do Travessia, bloco de carnaval que fará parte da programação oficial dos festejos do período em São Luís. O bloco tem agenda de desfile na Passarela do Samba e no carnaval de rua promovido pelo Governo do Estado.

MEDIDAS

Avanço no ensino fundamental

JOÃO AROUCHA



EQUIPES REUNIDAS PARA PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

Equipes técnicas da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e da Secretaria Municipal de Educação (Semed) de São Luís reuniram-se, na sexta-feira (15), para encaminhar um conjunto de medidas para avançar o processo de municipalização do Ensino Fundamental, no âmbito do Regime de Colaboração, estabelecido pela Constituição e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Conforme legislação vigente, o município deve oferecer, prioritariamente, o Ensino Fundamental e, ao Estado, cabe a oferta do Ensino Médio. Em São Luís, esse processo foi iniciado em 2015, com a cessão de prédios, bens móveis e profissionais à rede municipal de ensino.

Na reunião foram encaminhadas ações referentes à demanda de professores em escolas municipalizadas e o remanejamento de outros profissionais da escola; infraestrutura das unidades escolares; oferta do Ensino Fundamental em regiões da capital como: Itaqui-Bacanga, Vila Maranhão, João Paulo, Cohatrac, Turu e Maracanã, entre outros pontos. “Foi um encontro de fortalecimento do regime de colaboração com o município de São Luís, no sentido de seguirmos avançando no processo de municipalização das escolas de Ensino Fundamental pertencentes à rede estadual. Além disso, a parceria para a recuperação de escolas da rede municipal e a implantação do Colégio Militar na Cidade Olímpica”, pontuou o secretário Felipe Camarão.

“A reunião foi muito produtiva, um dos pontos abordados foi a municipalização das escolas. As secretarias Estadual e Municipal vão trabalhar juntas num regime de colaboração e planejamento, pensando no estudante e em prol da qualidade da educação”, pontuou o secretário municipal de Educação, Moacir Feitosa. Participaram do encontro os secretários Felipe Camarão (titular da Seduc) e Moacir Feitosa (Semed), acompanhados de auxiliares das áreas pedagógica e técnica de ambas as secretarias.

MARANHÃO

Mais de 360 vagas em prefeitura

Prefeitura de Pedro do Rosário divulga concurso com mais de 360 vagas. Os postos de trabalho são profissionais de todos os níveis. Os salários podem chegar a R\$ 2,9 mil

Ainda estão abertas as inscrições para um novo concurso público da Prefeitura de Pedro do Rosário, no estado do Maranhão, cujo objetivo é o preenchimento de 362 oportunidades.

Vagas oferecidas

As vagas em questão são destinadas à profissionais de todos os níveis de escolaridade, que devem atuar nos cargos de Motorista "D" (4); Motorista "B" (4); Operador de Moto Niveladora (2); Operador de Pá Carregadeira (2); Vigia (40); ASG – Auxiliar de Serviços Gerais (98); Cozinheiro (6); Encanador (2); Eletricista (2); Guarda Municipal (15); Auxiliar Administrativo (10); Digitador (10); Técnico em Enfermagem (13); Bibliotecário (1); Nutricionista (1); Assistente Social (2); Dentista (2); Contador (1); Engenheiro Agrônomo (1); Engenheiro Civil (1); Farmacêutico Bioquímico (1); Professor Classe Especial Educação Infantil (25); Professor Classe Especial Ensino Fundamental – Séries Iniciais (67); Professor Classe I das áreas Língua Portuguesa (9); Matemática (9); História (6); Geografia (6); Língua Inglesa (6); Educação Física (3); Educação Inclusiva – Atendimento Educacional Especializado (6); Educação do Campo – Habilitação em Ciências Agrárias (2); Educação do Campo – Ciências da Natureza (2) e Educação do Campo – Ciências da Matemática (2).

No total de funções existem oportunidades reservadas às pessoas que se enquadrem nos requisitos do edital.

R\$ 15 MIL

58 oportunidades no interior

Salários de até R\$ 15 mil. A prefeitura de Fortaleza dos Nogueiras oferece 58 vagas em Concurso Público com excelentes vencimentos.

O certame é através do Instituto Machado de Assis, para provimento de cargos efetivos.

A Seleção será realizada em duas fases para os cargos de Professor e Guarda Municipal, sendo para Professor a primeira composta pela aplicação da prova objetiva de caráter classificatório e eliminatório e a segunda composta de avaliação de títulos. Já Para Guarda Municipal a primeira fase será uma prova objetiva e a segunda Teste de Aptidão Física.

Os demais cargos serão selecionados em uma única fase, composta pela aplicação de prova objetiva de caráter classificatório e eliminatório.

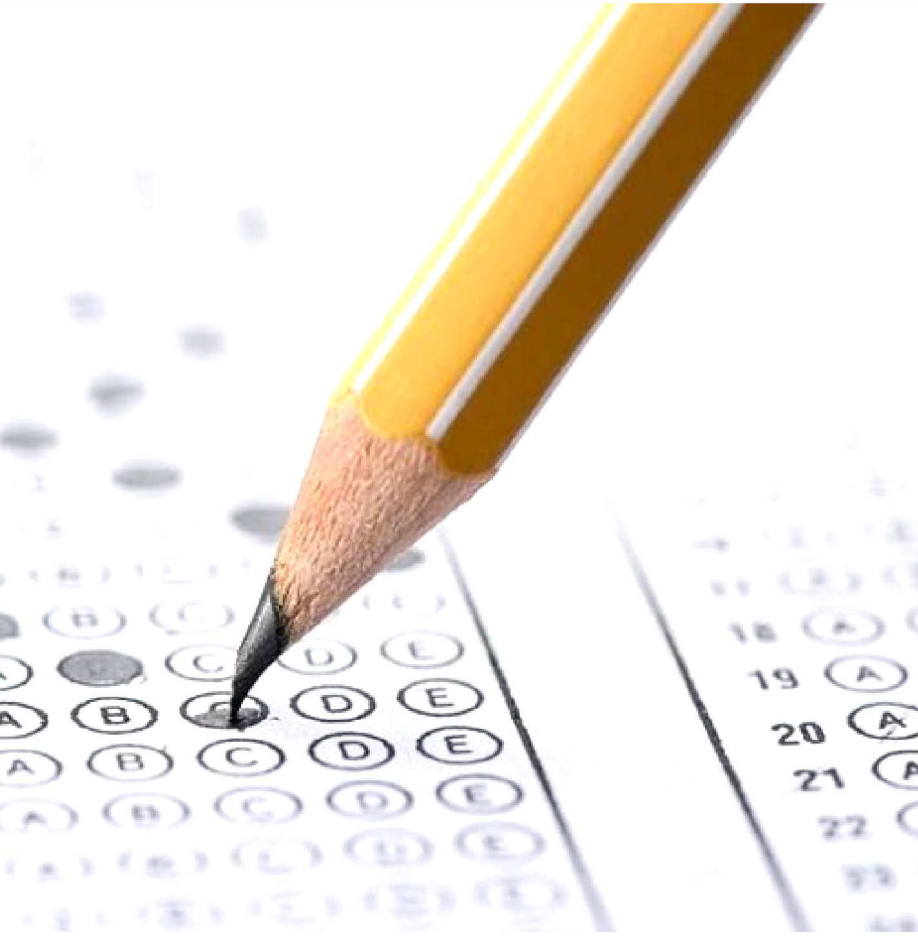
Vagas

O Concurso oferece vagas para Diversos Setores e Níveis de Escolaridade sendo eles:

Nível Fundamental: Auxiliar de Serviços Gerais (16); Vigia (9); Cozinheiro (2); Motorista Com habilitação "C" em diante (2); Operador de Máquinas Leves/ (2); Tratorista (2); Motorista Transporte Escolar Com habilitação "D" em diante (2); Operador de Máquinas Pesadas (1) e Motorista Com habilitação "D" em diante (2);

Nível Médio: Auxiliar de Creche (1); Auxiliar de Transporte Escolar (1); Auxiliar de Farmácia (4); Auxiliar Administrativo (1); Auxiliar Bibliotecário (1); Agente Administrativo (1); Técnico em Informática (2); Auxiliar de Saúde Bucal; Técnico em Raio-X (2); Agente Epidemiológico (1); Técnico de Enfermagem (2); Técnico de Enfermagem; Técnico em Zootecnia (1); Agente de Turismo Externo e Interno (1); Técnico em Arquivo; Técnico em Agrimensura (1); Agente de Fiscalização e Tributos e Guarda Municipal (3).

Nível Superior: Médico Plantonista Clínico Geral (24 hs) (1); Médico Plantonista Cirurgião Geral (24 hs) (1); Médico Especialista em Saúde Mental (1); Médico Pediatra (5); Médico para o PSF; Cirurgião Dentista (3); Enfermeiro (1); Farmacêutico/ Bioquímico (1); Fisioterapeuta (1); Fonoaudiólogo (1); Psicólogo (1); Nutricionista (1); Assistente Social e/ou Serviço Social; Engenheiro Elétrico; Engenheiro Civil; Arquiteto Urbanista; Químico; Médico Veterinário; Engenheiro Agrônomo e Psicopedagogo Institucional (1).



AS OPORTUNIDADES NA CIDADE SÃO PARA TODOS OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

Salários

Os profissionais que forem admitidos devem atuar em jornada de 20h a 40h semanais, com remunerações que variam de R\$ 998 a R\$ 2.994 ao mês.

As inscrições, que cobram taxas de R\$ 77,60 a R\$ 126,10; são recebidas até o dia 5 de março e 2019 por meio do endereço eletrônico www.crescerconcursos.com.br.

Classificação

A classificação dos candidatos deve ocorrer por meio de prova objetiva, avaliação de títulos e teste de aptidão física, que tem aplicação prevista para acontecer a partir do dia 31 de março de 2019.

Este Concurso Público tem validade de dois anos, com possibilidade de prorrogação por tempo semelhante.

OPORTUNIDADES

Salários de R\$ 4 mil em concurso



AS INSCRIÇÕES SERÃO REALIZADAS ATÉ AS 23H59 DO DIA 28

Já na prefeitura Municipal de Sambaíba, são 110 vagas abertas em Concurso Público referente a contratação de 110 profissionais de Nível Fundamental; Médio; Técnico e Superior.

Oportunidades

As vagas ofertadas são para os seguintes cargos: Agente de: Portaria e Vigilância (7); Vigilância Epidemiológica (3); Auxiliar de Serviços Gerais (14); Coveiro (2); Motorista Categoria D (5); Agente Administrativo (4); Agente de Vigilância Sanitária (2); Auxiliar Administrativo (10); Auxiliar de Saúde Bucal (1); Fiscal de: Meio Ambiente (1); Obras e Posturas (1); Técnico/ Atendente de Enfermagem (10); Técnico em: Agropecuária (1); Laboratório Epidemiológico (1); Patologia Clínica (1); Engenheiro Agrônomo (1); Assistente Social (1); Enfermeiro (2); Engenheiro Civil (1); Fisioterapeuta (2); Médico Generalista (1); Nutricionista (1); Pedagogo (1); Procurador Municipal (1); Psicólogo (1); Psicopedagogo (1); Professor Educação Infantil (creche e pré escola) (5); Professor de Séries Iniciais (1º ao 5º ano) (20); Professor de 6º ao 9º ano em: Matemática (4); Português (2); História (2); Veterinário (1).

Vencimentos

A carga horária a ser cumprida é de 20h a 40 horas semanais e o salário base varia de R\$ 998 a R\$ 4.000, conforme a ocupação (Rural/ Urbano) de cada vaga específica no edital. O presente Processo Seletivo contará com Prova Objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, que será aplicada, provavelmente, dia 31 de março de 2019, em locais e horários a serem divulgados posteriormente. As inscrições serão realizadas até as 23h59 do dia 28 de fevereiro de 2019, observando o horário local, exclusivamente via internet, no endereço eletrônico www.icap-to.com.br. O valor da taxa varia de R\$ 70 a R\$ 100. Este Processo Seletivo terá validade de dois anos, a contar da data de homologação do resultado final.

188 VAGAS

Itapecuru promove concurso



PREFEITURA DE ITAPECURU OFERECE SALÁRIOS DE R\$ 2.600 E MAIS DE 180 OPORTUNIDADES

Com 188 postos de trabalho abertos, a prefeitura de Itapecuru Mirim promove Concurso Público destinado a admissão de 188 profissionais a fim de preencherem as vagas de cargos efetivos do quadro pessoal da Administração Pública Municipal.

As oportunidades são para as seguintes funções: Agente Comunitário de Saúde (24); Agente de Combate às Endemias (6); Farmacêutico/Bioquímico (2); Odontopediatra (1); Professor – Atendimento Educacional Especializado (AEE) (15); Professor Educação Infantil (28); Professor Ensino Fundamental – Anos Finais – (6º ao 9º Ano) de: Ciências (6); Educação Física (3); Geografia (4); História (6); Inglês (3); Matemática (10); Português (10); Professor Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano) (57); Técnico de Saúde Bucal (7); Técnico de Enfermagem (6); Técnico em Gestão.

Algumas destas vagas são reservadas para pessoas que se enquadrem nos requisitos especificados no edital.

Para participação deste Concurso Público, os candidatos precisam ter: Ensino Médio; Curso Técnico; Magistério de Nível Médio na modalidade normal ou Licenciatura Plena; Graduação com Habili-

tação; Pós-Graduação; Aperfeiçoamento; nas áreas exigidas em cada vaga; Registro no CRF; CRO; COREN

A carga horária a ser cumprida será de 20h a 40 horas semanais e o salário base oferecido varia de R\$ 1.047,45 a R\$ 2.600.

Este Concurso Público contará com Prova Objetiva de Conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório; Prova de Títulos para todos os cargos de Nível Superior e Professores; Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada destinado aos cargos de: Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

As inscrições serão realizadas até o dia 20 de fevereiro de 2019, exclusivamente via internet no endereço eletrônico institutocoelhoneto.org.br. O valor da taxa é de R\$ 80 a R\$ 100.

Está previsto o dia 24 de março de 2019 para realização da prova objetiva, na cidade de Itapecuru Mirim – MA, com locais e horários a serem divulgados posteriormente.

O Concurso Público terá validade de dois anos, a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período.



São Luís, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2019

PRESERVADOS

Caixa Econômica e BB não serão vendidos

Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras serão preservados, mas com funções redirecionadas e "mais magrinhos", com a privatização de subsidiárias

Para participar de um evento em Brasília, no fim de semana, o secretário geral da Secretaria de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, afirmou que o objetivo do governo, até o fim do ano, é vender US\$ 20 bilhões em estatais. Segundo ele, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras serão preservados, mas com funções redirecionadas e "mais magrinhos", com a privatização de subsidiárias.

"As subsidiárias de Caixa, Banco do Brasil e Petrobras serão as primeiras, mas essas empresas, pelos seus tamanhos, serão preservadas. Mas terão seu papel redesenhados. Não vão competir com o mercado. Serão mais direcionadas às políticas de governo", destacou.

Mattar defendeu que o governo não tem que competir com o setor privado. "Deve focar em saúde, defesa, educação. Por isso temos um programa de privatização muito forte. A Petrobras tem 36 subsidiárias, mas o Judiciário está retendo a possibilidade dessas privatizações", destacou, ao participar do Seminário de Abertura do Ano de 2019, realizado pela revista Voto, com apoio do Financial Times. No mesmo evento, ele afirmou que o governo deve "reprivatizar a Vale".

Gastos de R\$ 15 bilhões

O secretário geral destacou que o governo quer realocar os R\$ 15 bilhões gastos com a folha de pagamento de 70 mil funcionários públicos de



A PETROBRAS É UMA DAS EMPRESAS QUE DEVERÃO SER PRESERVADAS

estatais deficitárias. "Você daria R\$ 15 bilhões para estatais ou para o armamento da polícia? Pagaria R\$ 15 bilhões para 70 mil servidores ou para melhorar o salário dos professores e dar condições às escolas? Qual seria sua opção?", indagou.

O secretário lembrou que o país foi conduzido pela social democracia nos últimos anos, mas que as eleições mostraram que a população quis mudar isso. "O eleitor nem sabe o que é liberalismo, mas quer mudança. Então o governo tem obrigação de fazer uma ruptura", assinalou. Segundo ele, o modelo passado trouxe insatisfação porque criou um Estado gigantesco, pesado, uma máquina terrivelmente onerosa para o pagador de impostos. "Vamos quebrar o modelo anterior,

burocrático, que é um inferno para o empreendedor", prometeu.

"Estou no governo para convencer vozes que destoam da minha, quero vender a minha ideia, a ideia do ministro Paulo Guedes (Economia) e do presidente (Jair Bolsonaro). É uma batalha difícil", disse. As empresas diretamente ligadas ao Ministério da Economia, como Serpro, Dataprev, Casa da Moeda e Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) serão privatizadas, assegurou.

"As que estão em outros ministérios, são de responsabilidade dos ministros, como Correios, EPL (Empresa de Planejamento e Logística). Eu fico aporrinhando esses ministros para poder privatizar. Esse é o meu papel", acrescentou.

SAÚDE

Planos de saúde fazem promoções

REPRODUÇÃO



Muito popular em vários países europeus, mas em desuso no Brasil, a assistência de saúde primária e com médico da família começa a reconquistar seu espaço no mercado brasileiro.

Diante da necessidade em atrair pessoas que tiveram que abandonar os planos de saúde, seja por questões financeiras, seja por desemprego, operadoras de convênios médicos e de seguro-saúde, como SulAmérica, Bradesco e Central Nacional Unimed (CNU), além de empresas hospitalares, como o Grupo Leforte, estão investindo em modelos alternativos de assistência, que reduzem em mais de 20% os custos operacionais.

"Vivemos uma época de necessidade de diminuição de gastos", afirmou Ian Bonde, diretor do Grupo Leforte. "Para as empresas, com redução de aproximadamente 20% em custos, esse novo modelo ainda representa queda no absenteísmo e presenteísmo, já comprovada quando temos um serviço de atendimento em saúde eficiente na linha de frente."

O movimento tem feito surgir novas frentes de negócios. É o caso da Amparo Saúde, empresa que nasceu por iniciativa do alemão naturalizado brasileiro Emilio Puschnann.

A Amparo oferece ao usuário a possibilidade de usufruir de assistência preventiva em sua própria casa, evitando assim a necessidade de procura por prontuários, internações e exames desnecessários.

A companhia nasceu em São Paulo em 2017 e oferece planos a partir de R\$ 99 por mês. Na assinatura Prime, as consultas presenciais custam R\$ 10 e são realizadas em até 24 horas, além de exames, vacinas e pequenos procedimentos. Continua depois da publicidade.

SEM CRISE

Quatro bancos lucram mais de R\$ 69 bilhões



BANCO SANTANDER FOI O QUE MAIS LUCROU ENTRE OS QUATRO MAIORES, ATINGINDO A MÉDIA DE 52% DE GANHOS EM 2018

Apesar do ritmo lento da economia, as quatro maiores instituições financeiras do Brasil, em conjunto, aumentaram os lucros em mais de 20% em 2018. Somando os ganhos de Santander, Itaú, Banco do Brasil e Bradesco, o montante alcançou R\$ 69 bilhões. Entre os quatro bancos, o que registrou maior crescimento dos ganhos foi o Santander: 52%. Segundo a Econômica, empresa especializada na análise de dados financeiros, foi o maior avanço individual obtido num ano desde 2006. Continua depois da publicidade

O lucro do Banco do Brasil, que divulgou o balanço anual ontem, subiu de R\$ 11,1 bilhões em 2017 para R\$ 13,5 bilhões em 2018, aumentando 22,2%. Os ganhos do Bradesco passaram de R\$ 14,7 bilhões para R\$ 19,1 bilhões, alta de 30,2%. O Itaú, maior instituição financeira do país, foi o que teve o pior desempenho. O resultado passou de R\$ 24 bilhões para R\$ 25 bilhões, crescimento de 4,2%. O lucro do Santander saiu de R\$ 8 bilhões pa-

ra R\$ 12,2 bilhões.

A Caixa Econômica só vai divulgar o balanço de 2018 em março. Todos os bancos, exceto a Caixa, possuem ações em negociação na Bolsa de Valores. O aumento dos lucros se deveu, principalmente, ao crescimento da receita com serviços, como cobrança de tarifas, manutenção de conta-corrente e anuidade de cartão de crédito. O faturamento do Santander com serviços cresceu 10,62%, atingindo R\$ 17,3 bilhões. O Itaú foi o banco que mais faturou com a cobrança de serviços — R\$ 38,4 bilhões, valor 7,3% superior ao de 2017.

Na mesma atividade, a receita do Banco do Brasil subiu 5,7% e a do Bradesco aumentou 5%.

Em nota, o Banco do Brasil, que é um banco público, explicou que intensificou a atuação em linhas de crédito mais "atraentes", buscando mais eficácia em empréstimo pessoal, cartões e financiamento de veículos. Também investiu na transformação digital e na especialização do atendi-

mento.

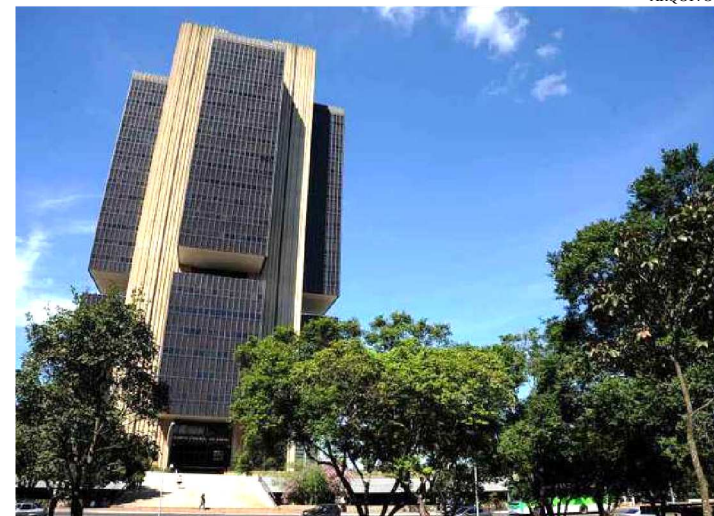
"Com isso, as receitas com tarifas cresceram 5,8% no ano e o aumento das despesas administrativas ficou bem abaixo da inflação", diz a nota. As outras instituições não se pronunciaram até o fechamento desta edição. Velho, analista da GO Associados, explicou que, apesar de, em alguns cenários, as operações dos bancos não condizerem com a situação do país, as instituições aplicam recursos próprios em operações rentáveis, como títulos públicos. "O mercado de tesourarias bancárias justifica esse resultado. Eles operam dinheiro próprio investindo com base em cenários fundamentados", explicou.

Outra razão para os bons resultados dos bancos é a boa gestão das instituições e a queda da inadimplência no Brasil, segundo o especialista. Com a diminuição do quadro de endividamento no país, "a confiança deles melhora muito entre os investidores e as pessoas que precisam tomar crédito", disse.

PIB

BC diz que Brasil cresceu 1,15%

ARQUIVO



BANCO CENTRAL DIZ QUE O PAÍS CRESCER, APESAR DA CRISE

Considerado a "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) mostrou que o país cresceu 1,15% em 2018, na comparação com o ano anterior. Segundo os dados da autoridade monetária, foi o segundo ano consecutivo de taxa positiva. Apesar disso, o resultado veio pior do que a expectativa do mercado. Segundo o Relatório Focus, divulgado semanalmente com as projeções dos analistas, era esperado um avanço de 1,25% no PIB. A pequena frustração ainda mostra que a economia se recupera de maneira lenta. Em 2017, a expansão oficial, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 1%.

O instituto ainda vai divulgar o resultado para o último ano no dia 28 de fevereiro. O país entrou em recessão entre 2015 e 2016, derrubando a produção do país em 3,77% e 3,6%, respectivamente. Mesmo com o declínio forte, o Brasil não conseguiu voltar ao patamar de atividade atingido antes da crise econômica.

As dificuldades ocorrem mesmo com a taxa de Selic no menor nível da história, em 6,5% ao ano, e a inflação abaixo do centro da meta nos últimos dois anos. A principal justificativa é o mercado de trabalho que está desaquecido, com 12,2 milhões de desempregados, segundo o IBGE.

Na avaliação de analistas, falta investimentos, que poderiam ser atraídos com a resolução de problemas nas contas públicas. A principal forma de fazer isso, segundo eles, é por meio da reforma da Previdência, que possibilita diminuir os gastos obrigatórios e evitar a expansão da dívida pública.

São Luís, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2019

Flamengo sofre pressões após fogo no Ninho



A Prefeitura do Rio cobrou que o Flamengo cumpra a ordem de 2017 para fechar por completo o Ninho do Urubu. A reportagem confirmou a determinação com o órgão estadual assim que a reunião das entidades que estudam e investigam a responsabilidade pela morte dos 10 garotos da base do clube carioca. A prefeitura entende que o Flamengo não poderia manter o centro de treinamento desde aquela determinação, e que se o clube tivesse cumprido as ordens, ele teria impedido o trágico acidente com os meninos da base, ocorrido na sexta-feira passada.

Presente no encontro de ontem, o vice-jurídico do Flamengo, Rodrigo Dunshee, não respondeu se acatará a determinação. A gestão anterior não obedeceu. O cartola demonstrou incômodo com questionamentos dos repórteres e abandonou a coletiva de imprensa convocada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) para tratar do incêndio da semana passada. Momentos antes, em reunião com representantes do MP-RJ, Prefeitura do Rio e outros órgãos de fiscalização, o Flamengo havia sido informado que a prefeitura iria refazer a ordem de interdição ao Ninho do Urubu.

Dunshee respondia sobre o porquê de o clube não ter atendido a uma

primeira ordem de interdição ao CT, imposta pelo Município em 2017. Primeiro, ele alegou que assumira o departamento jurídico do Flamengo apenas recentemente. Depois, disse que a ordem de interdição de 2017 era passível de questionamentos. "Eu estou no prazo para fazer certas coisas. Acho que essa questão de licenças é colateral", afirmou. "Essa questão está sub judice, todas as questões estão sub judice." Os repórteres então questionaram se o clube iria atender à nova ordem de interdição imposta pela Prefeitura do Rio, informada por representantes do Município na reunião realizada momentos antes. Foi quando Dunshee se levantou, virou as costas e deixou o auditório da sede do MP.

Sem força judicial

Representantes do MP-RJ confirmaram que a administração municipal decretou a interdição do CT — trata-se de uma punição administrativa, que não tem força de decisão judicial. A vistoria realizada por diversos órgãos do Estado e do Município do Rio na última terça-feira identificou irregularidades no CT do Flamengo. Três quadros de luz foram interditados e foi constatado também problemas "de ordem sanitária".



Use sua nota do

ENEM

e venha estudar com desconto de até **100%**

Matricule-se sem prestar vestibular



Sua Faculdade É AQUI

FACEM: Alameda D, 5 – Vinhais II / IMEC: Av. São Marçal, 214 – João Paulo
Central de atendimento: (98) 3236 8556 / 3227 8144 – São Luís
www.suafaculdade.com.br • 0800 779 0900



PROMOÇÃO DO CHÃO AO TETO
potiguar

Milhares de ofertas para cada espaço da sua casa.

Piso 46x46 Tipo "A" Itaperi Cinza
RS **14,90** m²
Cebras Caixa 2,30m² - 11 Peças

Tomada Lux Tramontina
RS **5,90** unid.
2 2PT 10A S714S/210

Tinta Acrilica HPlus 18L Hidracor
RS **69,90** unid.
Branco

Manta Asfáltica Alumínio Quartzolit
RS **249,90** unid.
TPII 5MM

10X SEM JUROS

VISA

Promoção válida até 19/02/2019. Ou enquanto durar o estoque. Imagem meramente ilustrativa. *Depto. & quantidade de m² contidos na caixa. Venda somente de caixa fechada.

XIX

Feijoada do Marujo

Dia 23 de fevereiro no late Clube

INARA INARA, INARA INARAÍ...

PONTOS DE VENDA
Ingressos antecipados à vista:
Óticas Veja - Deodoro
Óticas Veja - Tropical
Ingressos nos cartões:
late Clube de São Luís
INFORMAÇÕES:
(98) 3199 - 5282

Sabá(1)inho

Dj Walter Júnior

AMIGOS DO Samba
e seus Metais de Ouro

Nome do Samba

REALIZAÇÃO

PROMOÇÃO

APÓIO

CLASSIFICAÇÃO INICIATIVA DE ACESSO COM A PORTARIA Nº 1.100/2008 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. PROIBIDA A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS PARA MENORES DE 18 ANOS.